CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

<u>I.DATA HORA E LOCAL</u>: Aos 18 dias do mês de dezembro de 2019, às 09:00 horas, os acionistas da **SANESALTO SANEAMENTO S/A**, reuniramse na Rua 9 de Julho, 849, Bairro Centro, na cidade de Salto, Estado de São Paulo, CEP 13.320-005 ("Companhia").

II. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a Convocação nos termos do parágrafo 4°, do artigo 124 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da totalidade de seus acionistas, a saber: (1) CONASA INFRAESTRUTURA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita CNPJ sob o n° 08.837.556/0001-49, NIRE n° 41.3.0007576-0, sediada na Avenida Higienópolis, 1.601, 7° andar, Jardim Higienópolis, CEP 86.015-010, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, neste ato representada por seus diretores CLAUDIO ROBERTO DE LEONI RAMOS, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n° 742.848 SSP-DF e inscrito no CPF sob o nº 410.655.491-72, residente e domiciliado na Rua Eurico Hummig, 577, apartamento 1401, Gleba Palhano, CEP 86.050-464, na cidade de Londrina, Estado do Paraná; e MARIO VIEIRA MARCONDES NETO, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG 2.031.812-0, expedida pela SSP/PR e inscrito no CPF do Ministério da Fazenda sob o nº 468.989.729-87, residente e domiciliado na Rua Jurutês, 160, Bairro Vivendas do Arvoredo, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, CEP: 86.055-750; e (2) GPI PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.249.248/0001-30, NIRE nº 35.3.0032041-7, sediada na Alameda Santos, 2224, 7° Conjunto 71, Parte, Cerqueira Cesar, São Paulo, SP, CEP 01.418-200, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu diretor João Mauro Boschiero, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 3.991.073-8, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o 071.602.678-34, residente e domiciliado na Rua Antonina, 184, Bairro Sumaré, CEP 01255-010, na cidade de São Paulo, Estado de

Página 1 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

Jam's, CRUR

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

São Paulo, representando 100% do Capital Social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

<u>III. MESA</u>: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. MARIO VIEIRA MARCONDES NETO, convidando a mim, CLAUDIO ROBERTO DE LEONI RAMOS, para secretariar os trabalhos.

IV. ORDEM DO DIA: a) Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) autorização para a realização, pela Companhia, 3 a (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais) na (conforme definida Data Emissão abaixo) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), conforme disposto no artigo 59 da Sociedades por Ações, as quais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei nº 6.385 de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução da Comissão Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), automaticamente dispensada de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 476, bem como os demais termos e condições da Emissão e da Oferta; (ii) autorização para outorga e constituição, pela Companhia, da Cessão Fiduciária (conforme definida abaixo) em favor titulares das Debêntures ("Debenturistas"); (iii) autorização para assinatura, na qualidade de interveniente anuente, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido abaixo); (iv) a autorização à diretoria da Companhia, ou aos seus procuradores e/ou seus representantes, conforme aplicável, para adotar todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à realização Emissão e/ou da Oferta, bem como à outorga da Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) e à assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido abaixo) na qualidade de interveniente anuente, incluindo, limitando, mas não se celebração da Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e de

Página 2 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

erir

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

todos os contratos de garantia relacionados à Emissão e de seus eventuais aditamentos; (v) a ratificação de todos e quaisquer atos até então praticados pela diretoria da Companhia, ou por procuradores e/ou representantes da Companhia para a realização da Emissão e da Oferta; e (vi) eleição dos membros do Conselho de Administração e ratificação de todos os atos praticados pelos conselheiros com mandato em curso nos termos do art. 150, § 4° da Lei das Sociedades por Ações. (vii) Alteração do art. 8° do Estatuto Social da Companhia; e (viii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia.

- <u>V. DELIBERAÇÕES</u>: Após a leitura da ordem do dia, as acionistas da Companhia decidem, sem qualquer ressalva, reserva ou restrição:
- a) aprovar a lavratura da ata desta assembleia na forma de sumário dos fatos ocorridos contendo transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme dispõe o artigo 130, § 1° da Lei das S.A.;
- b) aprovar, conforme atribuições previstas no artigo 59 da Lei das S.A., a realização pela Companhia da Emissão e da Oferta, cujas condições e características serão detalhadas e reguladas por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Sanesalto Saneamento S.A." ("Escritura de Emissão"), a ser celebrada entre a Companhia e a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (CNPJ n° 15.227.994/0004-01), na qualidade de fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas ("Agente Fiduciário"), dentre as quais destacam-se sequintes características e condições principais:
- (i) Número da Emissão: 3ª (terceira) emissão de debêntures da Companhia;
- (ii) Data de Emissão: para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 18 de dezembro de 2019 ("Data de Emissão");

Página 3 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

Jam'/:

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

- i) Valor Total da Emissão: o valor total da emissão será de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão;
- ii) Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário");
- iii) Quantidade de Debêntures: serão emitidas 55.000 (cinquenta e cinco mil) Debêntures;
- iv) Número de Séries: a Emissão será realizada em série única;
- v) Conversibilidade e Permutabilidade: as Debêntures serão simples, portanto, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, tampouco permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza;
- vi) Espécie: as Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das S.A.;
- vii) Prazo e Data de Vencimento: as Debêntures terão prazo de vigência de 84 (oitenta e quatro) meses a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 18 de dezembro de 2026, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme os termos a serem previstos na Escritura de Emissão;
- viii) Forma e Emissão de Certificados: as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados;
- ix) Agente de Liquidação e Escriturador: a instituição prestadora de serviços de agente de liquidação e escriturador das Debêntures será a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n° 3434, bloco 07, sala 201, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 36.113.876/0001-91 ("Agente de Liquidação" ou "Escriturador",

Página 4 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

Paris CRUR

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

conforme o caso, sendo que essas definições incluem qualquer instituição que venha a suceder o Agente de Liquidação ou o Escriturador).

- x) Destinação dos Recursos: os recursos captados com a Oferta serão utilizados para (i) pagamento integral dos montantes devidos pela Companhia nos termos do "Instrumento Particular 2 a Emissão de Debêntures de Sanesalto de Escritura da Saneamento S.A.", celebrado entre a Companhia e a Planner Corretora de Valores S.A. em 10 de agosto de 2004, conforme aditado em 13 de março de 2008, em 28 de maio de 2008 e em 26 de junho de 2014, cujos recursos captados, por sua vez, foram utilizados para pagamentos ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados à implantação de investimentos em infraestrutura no sistema de tratamento dos esgotos urbanos, domésticos e industriais do Município de Salto, Estado de São Paulo ("Projeto"); e (ii) cumprimento de obrigação contraída no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) referente ao depósito e à manutenção do Saldo Mínimo da Conta Vinculada (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária);
- Colocação e Procedimento de Distribuição: as Debêntures serão xi) objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, nos termos do "Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição de Debêntures Simples, Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série 3ª (Terceira) Emissão da Sanesalto Saneamento S.A.", celebrado entre a Companhia, a Conasa Infraestrutura ("Acionista") e instituição financeira autorizada a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários Líder" ("Coordenador e "Contrato de Distribuição", respectivamente). O plano de distribuição, conforme

Página 5 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

CRIP LY

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

previsto no Contrato de Distribuição, seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, o Coordenador Líder organizará a distribuição e colocação das Debêntures, observado o disposto na Instrução CVM 476, de assegurar: (i) que o tratamento conferido aos Investidores Profissionais, seja justo e equitativo; e (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos clientes do Coordenador Líder. O plano de distribuição será fixado pelo Coordenador Lider, em conjunto com a Companhia, levando em consideração suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder e da Companhia ("Plano de Distribuição"). O Plano de Distribuição será estabelecido mediante pelo menos os seguintes termos: (i) o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, nos termos do artigo 3°, incisos I e II, da Instrução CVM 476; (ii) os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos no item (i) logo acima, conforme disposto no artigo 3°, parágrafo 1°, da Instrução CVM 476. Emissão e da Oferta consideram-se "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 9°-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução da CVM 539"); "Investidores Profissionais" aqueles investidores referidos no artigo 9°-A da Instrução da CVM 539, sendo certo que, nos termos do artigo 9°-C da Instrução da CVM 539, os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios considerados Investidores Profissionais Investidores OU

Página 6 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

James CRUR

4

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social;

xii) Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: As Debêntures serão depositadas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão - Segmento CETIP UTVM ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Cetip21 Títulos Valores Mobiliários, administrado operacionalizado pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamentos liquidados financeiramente por meio da B3; e (c) custódia eletrônica na B3. As Debêntures somente poderão negociadas mercados regulamentados nos mobiliários entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ainda ao cumprimento pela Companhia obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. O prazo de 90 (noventa) dias para restrição de negociação das Debêntures referido acima não será aplicável às instituições intermediárias para as Debêntures que tenham sido subscritas e integralizadas em razão do exercício da garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição, observado o disposto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, desde que sejam observadas as seguintes condições: Investidor Profissional adquirente das Debêntures observe o (noventa) dias de restrição de prazo de 90 negociação, contado da data do exercício garantia da firme pelo

Página 7 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

Jam/:.
CRIP

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

Coordenador Líder; (ii) o Coordenador Líder verifique o cumprimento das regras previstas nos art. 2° e 3° da Instrução CVM 476; e (iii) a negociação das Debêntures deve ser realizada nas mesmas condições aplicáveis à Oferta, podendo o valor de transferência das Debêntures ser o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva negociação.;

- xiii) Atualização Monetária das Debêntures: não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário;
- xiv) Remuneração das Debêntures: A remuneração das Debêntures será a sequinte: sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 4,00% (quatro inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Juros Remuneratórios") incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios serão pagos mensalmente e calculados de acordo com fórmula constante da Escritura de Emissão;

Página 8 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

lain/.

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

- Pagamento dos Juros Remuneratórios: Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios serão pagos em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais e consecutivas, sempre no dia 18 de cada mês, sem carência, sendo o primeiro pagamento em 18 de janeiro de 2020 e, o último, na Data de Vencimento, conforme indicado abaixo (cada uma, uma "Data de Pagamento de Juros Remuneratórios"), conforme especificado na Escritura de Emissão;
- xvi) Pagamento do Valor Nominal Unitário: o Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago conforme cronograma de amortização previsto na Escritura e até a Data de Vencimento;
- xvii) Forma Subscrição е Integralização Preco de Integralização: As Debêntures serão subscritas integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de distribuição das Debêntures, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3, pelo Valor Nominal Unitário, seu primeira Data na Integralização. Exclusivamente hipótese na de falha operacional na liquidação, no prazo de até 1 (um) Dia Útil primeira Data de Integralização, o preço integralização para as Debêntures integralizadas após Data de Integralização será o Valor Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização. Sendo certo que "Data de Integralização" corresponde data a em que ocorrerá subscrição e a integralização das Debêntures.
- xviii) Repactuação Programada: não haverá repactuação programada das Debêntures;
- xix) Aquisição Facultativa: Após a Data de Integralização, as Debêntures poderão ser adquiridas pela Companhia, no mercado

Página 9 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

James /

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3°, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos da Escritura de Emissão poderão: (i) ser canceladas; (ii) permanecer na tesouraria da Companhia; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures.

- Amortização Programada: Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário, sem qualquer carência, será amortizado mensalmente em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais e consecutivas, sempre no dia 18 de cada mês, sendo o primeiro pagamento em 18 de janeiro de 2020 e, o último, na Data de Vencimento;
- xxi) Oferta de Resgate Antecipado da Totalidade das Debêntures: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade (sendo vedada oferta facultativa de resgate antecipado parcial) das Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos Debenturistas para aceitar ou não o resgate das Debêntures por eles detidas, observado que o resgate antecipado somente poderá ser realizado pela Companhia caso seja verificada a adesão de Debenturistas representando a totalidade Debêntures, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, sendo que o valor a ser pago aos Debenturistas na hipótese de realização do resgate antecipado total das Debêntures em decorrência da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal

Página 10 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

Jam /

call y

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

Unitário, acrescido: (i) dos Juros Remuneratórios calculados pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia ("Preço de Oferta de Resgate");

- xxii) Local de Pagamento: os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia utilizando-se os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na B3 terão os seus pagamentos realizados pelo Agente de Liquidação ou, conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim, ou ainda na sede da Companhia, se for o caso;
- Prorrogação dos Prazos: automaticamente prorrogados até xxiii) o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com qualquer dia que não seja um Dia Útil. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na Escritura de Emissão, entende-se por "Dia(s) Útil(eis)" com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual expediente nos bancos comerciais na Cidade de Salto, Estado de São Paulo ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo; e (iii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, qualquer dia que não seja sábado ou domingo ou

Página 11 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

Pain /

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

feriado na Cidade de Salto, Estado de São Paulo ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo

- xxiv) Encargos Moratórios: ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (i) juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido calculados pro rata temporis; e (ii) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios");
- xxv) Pacote de Garantias Para assegurar o fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de todas e quaisquer obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, inclusive qualquer pagamento do respectivo Valor Nominal Unitário, Remuneratórios e Encargos Moratórios (se houver) ou do Preço de Vencimento, conforme o caso, bem como das obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou qualquer Debenturista salvaguarda de seus direitos e prerrogativas recorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão ou na execução das garantias previstas na Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas"), serão constituídas as seguintes garantias reais:
 - a. cessão fiduciária sob condição suspensiva, conforme estabelecido no Contrato de Cessão Fiduciária (abaixo definido), nos termos do art. 125 do Código Civil, pela Companhia, nos termos do §3° do artigo 66-B da Lei n° 4.728, de 14 se julho de 1965, conforme alterada:

Página 12 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

CRIR

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

i. da totalidade dos direitos emergentes, presentes e/ou futuros, potenciais ou não, oriundos "Termo de Contrato de Concessão de Serviços e Obra Pública", celebrado em 05 de dezembro de 1996, Saneciste Saneamento de Salto (denominação social anterior da Companhia) e o Município de Salto ("Poder Concedente"), conforme alterado de tempos em tempos, inclusive pelo Termo de Alteração Contratual nº 10 ("Contrato de Concessão"), observados os termos e condições da cláusula 12.18 de referido Contrato de Concessão, incluindo, mas não se limitando a: (1) todos os direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de tratamento dos esgotos urbanos, domésticos e industriais do Município de Salto, Estado de São Paulo, incluindo a implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgoto e de unidades complementares do sistema de esgotamento sanitário do Município de Salto, previstos no Contrato de Concessão (inclusive decorrentes de resoluções autorizativas no âmbito da concessão de serviço público); (2) todos e quaisquer recebíveis (inclusive aqueles devidos pelos usuários finais dos serviços prestados pela Companhia), créditos, recursos, fundos, pagamentos, diretos ou indiretos, inclusive recebidos a título de multas, indenizações, pagamento por vendas de ativos, bens ou direitos e quaisquer outros direitos creditórios e receitas oriundos do Contrato de Concessão ou relacionado a qualquer garantia ou seguro emitido nos termos do Contrato de Concessão, bem como de seus

Página 13 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa
Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

CRUR

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

respectivos aditivos e prorrogações, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; e (3) todos os valores sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Companhia, em caso de extinção do Contrato de Concessão ("Direitos Creditórios" e "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", respectivamente);

- ii. da totalidade dos direitos da Companhia, inclusive em relação ao saldo, sobre a conta bancária vinculada aberta junto à Caixa Econômica Federal ("Banco Administrador"), de titularidade Companhia, a ser indicada e movimentada, única e exclusivamente nos termos do "Contrato de Prestação de Serviço de Administração de Contas de Terceiros - ACT" a ser celebrado entre a Companhia e o Banco Administrador ("Contrato de Depósito"), com a interveniência е anuência do Agente Fiduciário, na qual deverão ser depositados os Direitos Creditórios ("Cessão Fiduciária de Conta Vinculada" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, "Cessão Fiduciária"), não estando abarcados na garantia saldos OS montantes a serem pagos ao Poder Concedente e/ou à autarquia municipal do Município Salto denominada "SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Salto" ("SAAE") referentes aos serviços de distribuição de água decorrentes do Contrato de Concessão.
- b. alienação fiduciária, pela Acionista, de 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor

Página 14 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

care

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

nominal de emissão da Companhia, correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, na Data de Emissão, das quais (ii.a) 1.000.824 (um milhão, oitocentas e vinte e quatro) ordinárias, nominativas e valor nominal de emissão da Companhia, correspondentes 50,0412% а do capital social Companhia, titularidade nesta data de GPI Participações e Investimentos S.A. ("GPI"), sobre as a Acionista detém o direito de se proprietária nos termos do 2º Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações referente às ações emitidas pela Companhia, celebrado entre a GPI, a Acionista e a Companhia, celebrado em 16 de dezembro de 2019 ("Ações GPI"), serão alienadas fiduciariamente sob condição suspensiva, conforme estabelecido Contrato no Alienação Fiduciária de Ações (abaixo definido), nos termos do artigo 125 do Código Civil, e (ii) 999.176 (novecentas e noventa e nove mil, cento e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, correspondentes a 49,9588% do capital social da Companhia, nesta data livres e desembaraçadas, de titularidade da Acionista, serão dadas em alienação fiduciária sem qualquer condição ("Ações Alienadas" e "Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente). A Alienação Fiduciária Ações de abrangerá, ainda, todos os direitos, existentes e futuros, decorrentes das Ações Alienadas, tais como:

i. todas as novas ações de emissão da Companhia, que a Acionista venha a subscrever ou adquirir no futuro, durante a vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, seja na forma dos artigos 167, 169 e 170 da Lei das Sociedades por Ações, seja por força de adiantamento para futuro aumento de capital, bonificações, desmembramentos

Página 15 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa
Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

Pain /

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

ou grupamentos das Ações, seja por consolidação, fusão, aquisição, permuta de ações, divisão de ações, reorganização societária ou sob qualquer outra forma, quer substituam ou não as Ações Alienadas, as quais, uma vez adquiridas pela Acionista, integrarão, automaticamente independentemente de qualquer formalidade adicional, a definição de Ações Alienadas para todos os fins e efeitos de direito, e ficarão automaticamente integradas à Alienação Fiduciária de Ações;

- ii. todos OS frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições е demais direitos, inclusive dividendos, em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações e direitos de subscrição, que venham a ser apurados, declarados e ainda não pagos, creditados, pagos, recebidos, distribuídos, ou de qualquer forma atribuídos à Acionista, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de disposição ou alienação de ações de emissão da Companhia, e quaisquer bens, valores mobiliários ou títulos nos quais as tais sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), assim como todas as outras quantias pagas ou a serem em decorrência de, ou relacionadas participação da Acionista no capital social da Companhia, além de direitos de preferência opções, que venham a ser por elas subscritos ou adquiridos até a liquidação da presente Emissão; e
- iii. todos os títulos, valores mobiliários, respectivos rendimentos e quaisquer outros bens ou direitos adquiridos eventualmente pela Acionista como

Página 16 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

produto da realização dos bens objeto da Alienação Fiduciária de Ações, inclusive aqueles mencionados nas alíneas "(a)" e "(b)" acima.

constituição da (i) Alienação Fiduciária de Acões formalizada por meio do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Acionista e o Agente Fiduciário, com a interveniência e anuência da Companhia ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); e (ii) Cessão Fiduciária será formalizada por meio do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos sobre Conta Vinculada e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, "Contratos de Garantia")

- xxvi) Vencimento Antecipado: As Debêntures poderão ser antecipadamente vencidas na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão) a serem previstos na Escritura de Emissão, observados os termos e condições lá definidos; e
- xxvii) Demais Características: As demais características das Debêntures e da Oferta encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos a elas pertinentes;
- c) autorizar a outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária, nos termos a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas;
- d) aprovar a assinatura pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;

Página 17 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

Jam/:

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

- e) aprovar a autorização para a Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores e/ou representantes legais, conforme o caso, a praticar todos os atos necessários à realização, formalização, aperfeiçoamento e conclusão da Emissão, da Oferta, das garantias objeto do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, do Contrato de Cessão Fiduciária e de quaisquer outros instrumentos no âmbito da Emissão, incluindo, mas sem se limitar a, (i) a contratação dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário e a contratação dos prestadores de serviço necessários à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação, o Coordenador Líder para realizar a colocação das Debêntures no âmbito da Oferta, o Agente de Liquidação, o Escriturador, o Agente Fiduciário e os assessores legais, dentre outros prestadores de serviços que se fizerem necessários, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação dos serviços e assinar os respectivos (ii) a negociação e a celebração dos necessários à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem se limitar a, a Escritura de Emissão, definindo as condições da distribuição pública das Debêntures não especificadas presente deliberação, o Contrato de Distribuição, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, o Contrato de Cessão Fiduciária e eventuais aditamentos que se façam necessários aos referidos documentos, bem como de todos e quaisquer documentos necessários à formalização e aperfeiçoamento das garantias no Escritura de Emissão, incluindo notificações, procurações e demais instrumentos, e (iii) a prática de atos necessários ao registro e à publicação da presente ata, bem como dos demais documentos eventualmente necessários à condução da Emissão e da Oferta, e eventuais aditamentos que se façam necessários;
- f) aprovar a ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados pela Diretoria e/ou procuradores e/ou representantes legais da Companhia para a implementação da Emissão e da Oferta, para a efetivação das deliberações acima aprovadas; e

Página 18 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

ann CRIR

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

- q) eleger os seguintes membros para o Conselho de Administração da Companhia para o mandato de 1 (um) ano a contar da presente data (18/12/2019 17/12/2020): MARIO VIEIRA MARCONDES a brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG 2.031.812-0, expedida pela SSP/PR e inscrito no CPF Ministério da Fazenda sob o nº 468.989.729-87, residente domiciliado na Rua das Jurutês, 160, Bairro Vivendas do Arvoredo, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, CEP: 86.055-750; CLAUDIO ROBERTO DE LEONI RAMOS, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n° 742.848 SSP-DF e inscrito no CPF sob o nº 410.655.491-72, residente e domiciliado na Rua Eurico Hummig, 577, apartamento 1401, Gleba Palhano, Londrina, PR, CEP: 86.050-464; e CESAR ALCIDES FERREIRA DE MENEZES, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador Cédula Identidade da de RG 2.092.349-0, expedida pela SSP/PR e inscrito no CPF do Ministério da Fazenda sob o nº 402.329.139-00, residente e domiciliado na Rua Alfredo Fenner, 51, Quadra 01, Lote 03, Sun Lake Residence, na de Londrina, Estado do Paraná, CEP: 86.058-284. Conselheiros eleitos são empossados nesta data e firmam a presente Ata como Termo de Investidura nos cargos, Anexo I, declarando expressamente não estarem incursos em quaisquer dispositivos legais que os impeçam de exercer suas funções, nos termos dos artigos 146 e 147 da lei 6.404/76;
- h) ratificar todos os atos praticados pelos membros do Conselho de Administração que estavam com mandato em curso, inclusive (mas não se limitando a) eleição da Diretoria da Companhia.
- i) alterar o art. 8° do Estatuto social da Companhia que passa a ter a seguinte redação: "Artigo 8° O Conselho de Administração será composto por até 5 (cinco) membros eleitos pela Assembleia Geral, dos quais um será nomeado Presidente.
- j) Com base nas presentes alterações, o Estatuto Social será consolidado e passa a viger com a redação contida em Anexo I à presente ata.

Página 19 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

Jann/:

CRUR

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

VI. ENCERRAMENTO: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata em forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1°, da Lei das Sociedades por Ações, e sua impressão em lote de folhas soltas, a qual após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelos presentes. Local e Data: Salto, 18 de dezembro de 2019. Mesa: Claudio Roberto de Leoni Ramos, presidente; Cesar Alcides Ferreira de Menezes, secretário. Acionistas presentes: (1) CONASA INFRAESTRUTURA S.A., representada por seus diretores Mario Vieira Marcondes Neto e Claudio Roberto de Leoni Ramos; (2) GPI PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., representada por seu diretor João Mauro Boschiero.

A presente é cópia fiel lavrada em livro próprio e extraída do original.

MESA:

Mario Vieira Marcondes Neto

Presidente

Claudio Roberto de Leoni Ramos

Secretário



CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL DA SANESALTO SANEAMENTO S.A.

CAPÍTULO I - Do Nome, Sede, Objeto e Duração

Artigo 1º - A razão social da companhia, constituída sob a forma de sociedade anônima e que será regida pelo disposto neste estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis, é SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de Salto, Estado de São Paulo, na Rua 9 de Julho, nº 849, Centro, CEP 13.320-005, podendo abrir ou fechar filiais, escritórios, sucursais, agências e nomear representantes no País ou no Exterior, observadas as exigências legais e estatutárias pertinentes à matéria.

Artigo 3° - A Companhia tem por objeto social a implantação e operação dos serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto, bem como a comercialização de tubulações, válvulas e seus acessórios, produtos químicos, e equipamentos relacionados.

Artigo 4° - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II - Do Capital Social

Artigo 5° - O capital social é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, representado por 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Parágrafo Segundo - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de decisão da Assembleia Geral,

Página 21 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

CRUR LY

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

até o limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições de emissão e colocação das referidas ações.

Parágrafo Terceiro - É vedada a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

CAPÍTULO III - Da Assembleia Geral

Artigo 6° - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, a cada ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais exigirem, mediante convocação na forma a seguir prevista, observados, em qualquer caso, os procedimentos legais.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, nos termos da lei, com no mínimo 15 (quinze) dias úteis de antecedência.

Parágrafo Segundo - Independentemente do disposto no parágrafo primeiro deste artigo, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

CAPÍTULO IV - Da Administração

Artigo 7º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo Primeiro - A remuneração dos administradores será fixada pela Assembleia Geral e levada à conta de despesas gerais.

Parágrafo Segundo - Não obstante as demais disposições deste Estatuto Social, as seguintes ações dependem de aprovação dos debenturistas da segunda emissão da Sanesalto Saneamento S.A., até a quitação total das debêntures, previamente reunidos em Assembleia de Debenturistas, especialmente convocada para esse

Página 22 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

Jain /

CRIR

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

fim, observado o quorum qualificado para deliberação de 75% das debêntures em circulação:

- I. liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia;
- II. qualquer ato jurídico que implique, direta ou indiretamente, mudança de controle societário da Companhia;
- III. assunção de obrigações, contratação ou concessão de empréstimos, financiamentos e outorga de garantias, a qualquer título, a acionistas ou a qualquer pessoa física ou jurídica, fora do curso normal dos negócios, ressalvadas as hipóteses de alienação pela Companhia das debêntures desta Emissão que se encontram em tesouraria e de assunção de novas obrigações para liquidação da obrigação existente relativamente às debêntures emitidas;
- IV. celebração de contratos ou compromissos pela Companhia com seus respectivos acionistas, pessoas naturais ou sociedades controladas/controladoras;
- V. aquisição e alienação de bens do ativo permanente da Companhia, foram do curso normal dos negócios;
- VI. participação da Companhia em outros empreendimentos e investimentos fora do curso normal dos negócios;
- VII. constituição e/ou participação da Companhia em outras sociedades;
- VIII. participação em grupos de sociedades;
- IX. protesto de títulos contra a Companhia, cujo valor individual ou somados ultrapasse R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais);
- X. cessão pela Companhia, no todo ou em parte, de quaisquer direitos e obrigações decorrentes da Escritura de Emissão;
- XI. redução do capital social da Companhia, criação de ônus ou gravames sobre bens móveis ou imóveis da Companhia, emissão de novas ações, debêntures, bônus de subscrição,

Página 23 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

CRIR

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários, criação de novas espécies ou classe de ações, desdobramentos ou grupamentos de ações.

Parágrafo Terceiro - Não obstante as demais disposições deste Estatuto Social, os debenturistas da segunda emissão da Sanesalto Saneamento S.A. até a quitação total das debêntures, têm direito de preferência sobre os ativos da Companhia em caso de liquidação ou dissolução da Companhia;

Parágrafo Quarto - A Companhia adotará boas práticas de gestão corporativa.

Parágrafo Quinto - A administração da Companhia deverá atuar com boas práticas de gestão de recursos humanos, de maneira a desenvolver, na medida do possível, o capital humano da Companhia, devendo adotar dentro de seus melhores esforços, padrões de responsabilidade sócio-ambiental.

Parágrafo Sexto - A administração da Companhia deverá analisar e, na medida do possível, fazer com que a Companhia adote e faça com que suas controladas adotem planos que procurem minimizar eventuais efeitos nocivos ao meio ambiente decorrentes de suas atividades.

Parágrafo Sétimo - Todo e qualquer acordo de acionistas entre os acionistas da Companhia, bem como os contratos com partes relacionadas e programas de aquisição de ações e de outros títulos e valores mobiliários da Companhia, serão arquivados na sede social da Companhia e postos à disposição de qualquer acionista da Companhia que deseje ter acesso ao seu conteúdo.

Parágrafo Oitavo - No caso de abertura do capital social da Companhia, a administração se obriga a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados

Página 24 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019. Pain CRIR

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

de práticas de governança corporativa previstos neste artigo e, adicionalmente, o previsto no artigo 22 deste Estatuto Social.

Artigo 8° - O Conselho de Administração será composto por até 5 (cinco) membros eleitos pela Assembleia Geral, dos quais um será nomeado Presidente.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos para mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho de Administração não reeleitos permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus substitutos.

Parágrafo Terceiro - Em caso de ausência ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, caberá à Assembleia Geral a eleição do substituto.

Artigo 9° - As reuniões do Conselho de Administração ocorrerão sempre que necessário e serão convocadas por seu Presidente ou, na sua ausência ou impedimento temporário, por qualquer dos membros do Conselho de Administração, mediante aviso por escrito, contra protocolo, com antecedência de 10 (dez) dias ao menos, indicando a ordem do dia e o horário em que a reunião se realizará, na sede da Companhia.

Parágrafo Primeiro - Será dispensada a convocação de que trata o caput deste artigo se estiverem presentes à reunião todos os membros em exercício do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - A reunião do Conselho de Administração será presidida por seu Presidente em exercício e, na sua ausência ou impedimento temporário, por qualquer dos outros Conselheiros.

Parágrafo Terceiro - As deliberações do Conselho de Administração serão registradas em ata, em livro próprio, pelo secretário da reunião, indicado pelo Presidente da reunião.

Página 25 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

CRUR W

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

Artigo 10 - Compete ao Conselho de Administração:

- I estabelecer o planejamento, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando o plano estratégico de negócios da Companhia;
- II nomear e destituir os Diretores da Companhia, fixandolhes a remuneração e as atribuições;
- III manifestar-se previamente sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras do exercício;
- IV fiscalizar a gestão dos Diretores;
- V- examinar atos, livros, documentos e contratos da Companhia;
- VI deliberar a emissão, pela Companhia, de bônus de subscrição e notas promissórias;
- VII aumentar o valor do capital social até o limite autorizado, fixando as condições de emissão e de colocação das ações correspondentes;
- VIII aprovar os orçamentos gerais e especiais da Companhia e suas alterações;
- IX submeter à Assembleia Geral a destinação a ser dada aos lucros líquidos do exercício;
- X autorizar a prática de atos que, em conjunto ou isoladamente, impliquem em aquisição, oneração ou alienação de bens do ativo permanente, prestação de garantias, bem como a assunção de obrigações, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais);

Página 26 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019. Pann/:

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

XI - contratar e destituir os auditores independentes;

XII- autorizar a compra de ações de emissão da Companhia, para sua permanência em tesouraria ou cancelamento, nos termos da lei e das disposições regulamentares em vigor;

XIII - convocar a Assembleia Geral;

XIV - resolver os casos omissos em lei e neste estatuto; e

XV - exercer outras atribuições legais.

Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho de Administração deverão seguir orientação do acionista que o indicou, sob pena de nulidade de seu voto.

Artigo 11 - A Diretoria da Companhia será composta por 03 (três) Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com os Investidores e um Diretor Técnico.

Parágrafo Primeiro - Os Diretores serão eleitos para um mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos e podendo ser destituídos de seus cargos a qualquer tempo, com ou sem justificativa, pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos diretores.

Artigo 12 - Caberá à Diretoria a prática dos atos necessários ou convenientes à administração da Companhia, para tanto dispondo os Diretores, dentre outros poderes, dos necessários para

Página 27 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

and creating the contraction of the contraction of

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, exercendo seus poderes de acordo com a lei, este Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 13 - Em todo e qualquer ato ou documento que importe em responsabilidade patrimonial para a Companhia, ou que de outra forma a obrigue, a Companhia deverá estar representada por 02 (dois) Diretores em conjunto ou por 01 (um) Diretor e um Procurador com poderes específicos.

Parágrafo Único - As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 02 (dois) Diretores. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de 1 (um) ano.

CAPÍTULO V - Do Conselho Fiscal

Artigo 14 - O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes de lei, funcionará em caráter não permanente e somente será instalado a pedido de acionistas, conforme o que faculta o art. 161 da Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01. À Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal caberá fixar a respectiva remuneração.

CAPÍTULO VI - Da Venda do Controle Acionário

Artigo 15 - A alienação do controle acionário dependerá de aprovação, por escrito, da Prefeitura do Município de Salto, Estado de São Paulo.

CAPÍTULO VII - Do Exercício Social, Balanços, Lucros e Dividendos

Página 28 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

mil!

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

Artigo 16 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração da Companhia, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas na Lei, submetendo-os à deliberação da assembleia geral, acompanhados do parecer do conselho fiscal, se em funcionamento.

- Art. 17 Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados, e a provisão para o imposto de renda. Do lucro líquido apurado serão aplicados, antes de qualquer outra destinação:
 - (a) 5% (cinco por cento) na constituição de Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social;
 - (b) 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório, na forma do artigo 202 da Lei n. 6.404/76, com as alterações determinadas pela Lei n. 9.457/97 e Lei n° 10.303/01; e
 - (c) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício será objeto de proposta de destinação a ser apresentada pelos órgãos de administração da Companhia, nos termos do parágrafo 30. do artigo 176 da Lei n. 6.404/76, a qual será registrada nas demonstrações financeiras, devendo a Assembleia Geral deliberar sobre tal proposta.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos de dividendos aos acionistas serão realizados no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data em que tenha sido aprovada a distribuição pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá levantar balanços intermediários mensais, trimestrais ou semestrais e distribuir os lucros neles evidenciados.

Página 29 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

Jam.

y

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

Parágrafo Terceiro - A Companhia terá as suas demonstrações financeiras anualmente auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

Capítulo VIII - Acordos de Acionistas

Art. 18 - Os acordos de acionistas, devidamente registrados na sede da Companhia, que estabeleçam cláusulas e condições em caso de alienação de ações de sua emissão, discipline o direito de preferência na respectiva aquisição ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e pela administração.

Único Os direitos, as obrigações Parágrafo responsabilidades resultantes de tais acordos de acionistas serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tenham os mesmos sido devidamente averbados nos livros de registro de ações da Companhia ou nos registros mantidos pela instituição depositária das ações e consignados nos certificados de ações, se emitidos, ou nas contas de depósito mantidas em nome dos acionistas junto à instituição depositária das ações. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou o Presidente do Conselho de Administração, conforme o caso, não proferido(s) por acionista deverá computar o(s) voto(s) contrariedade com os termos de tais acordos.

Capítulo IX - Arbitragem

Artigo 19 - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Câmara"), toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404/76 e neste estatuto social.

Página 30 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

Pani /

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

Parágrafo primeiro - O local da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e o idioma será o português. O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros, devendo cada uma das duas partes em conflito indicar seu respectivo árbitro e suplente, os quais indicarão o terceiro árbitro, que será o presidente do Tribunal Arbitral. Quando forem vários demandantes ou demandados (arbitragem de partes múltiplas), cada indicará de comum acordo um árbitro e seu observando-se o estabelecido na Seção 5 do Regulamento da Câmara. Na ausência de acordo entre as demandantes ou entre as demandadas quanto à indicação, competirá ao Presidente da Câmara fazê-lo para as partes que não chegarem a um consenso ou, no caso de nenhum das partes chegarem ao acordo quanto aos seus respectivos árbitros e suplentes, competirá ao Presidente da Câmara indicar todos os membros do Tribunal Arbitral, inclusive o presidente do Tribunal Arbitral, na forma prevista na Seção 5.6 do Regulamento da Câmara.

Parágrafo segundo - Não obstante o disposto no presente artigo, as partes poderão recorrer ao Poder Judiciário exclusivamente nos casos abaixo determinados, sem que tal conduta seja considerada como ato de renúncia à arbitragem como único meio de solução de controvérsias escolhido pelas partes: (i) assegurar a instituição da arbitragem; (ii) obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à constituição do Tribunal Arbitral; ou (iii) executar qualquer decisão do Tribunal Arbitral, inclusive, o laudo arbitral. Para tanto, as partes neste ato elegem o foro central da comarca da capital do Estado de São Paulo como competente para analisar e julgar tais questões.

Capítulo X - Dissolução e Liquidação da Companhia

Artigo 20 - A Companhia entrará em liquidação ou dissolução nos casos previstos em Lei e neste Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais, exceto no caso de liquidação judicial.

Página 31 de 33

Este documento faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da empresa Sanesalto Saneamento S/A realizada em 18/12/2019.

CRUR

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

ANEXO II

TERMO DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 18 de dezembro de 2019, as 12:00 horas, compareceram na sede da SANESALTO SANEAMENTO S.A., pessoa jurídica de CNPJ/MF privado, no sob inscrita direito 02.724.983/0001-34, localizada na Rua 9 de Julho, 849, Bairro Centro, na cidade de Salto, Estado de São Paulo, CEP: 13.320-005, os Senhores MARIO VIEIRA MARCONDES NETO, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 2.031.812-0, expedida pela SSP/PR e inscrito no CPF Ministério da Fazenda sob o nº 468.989.729-87, residente e domiciliado na Rua Jurutês, 160, quadra 19, lotes 08 e 09, Bairro Vivendas do Arvoredo, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, CEP: 86.055-750; CLAUDIO ROBERTO DE LEONI RAMOS, brasileiro, casado, engenheiro, portador cédula da identidade RG n° 742.848 SSP-DF e inscrito no CPF sob o n° 410.655.491-72, residente e domiciliado na Rua Eurico Hummig, 577, apartamento 1401, Gleba Palhano, Londrina, PR, 86.050-464; e CESAR ALCIDES FERREIRA DE MENEZES, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG n° 2.092.349-0, expedida pela SSP/PR e inscrito no CPF do Ministério da Fazenda sob o nº 402.329.139-00, residente e domiciliado na Rua Alfredo Fenner, 51, Quadra 01, Lote 03, Sun Lake Residence, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, CEP: 86.058-284, eleitos em Assembleia Geral Extraordinária 18/12/2019, para o mandato realizada no dia (18/12/2019 a 17/12/2020), os quais são, mediante assinatura do presente Termo de Posse e na forma do disposto no Artigo 149 da Lei 6.404/76, investidos nos cargos para os quais foram eleitos, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos na forma da lei e do Estatuto Social. Os conselheiros eleitos declaram preencher as condições prévias de exigibilidade constantes do Artigo 147 da Lei nº

CRUR LAND

Página 32 de 33

CNPJ - 02.724.983/0001-34 NIRE - 35.300.31500-6

6.404/76, bem como que não estão incursos em qualquer penalidade prevista em lei que os impeçam de exercer suas funções na sociedade.

Salto, SP, 18 de dezembro de 2019.

MARIO VIEIRA MARCONDES NETO

CLAUDIO ROBERTO DE LEONI RAMOS

CESAR ALCIDES FERREIRA DE MENEZES